

Os cursos de graduação como instrumentos de apoio às cooperativas populares

Resumo

O desenvolvimento do capitalismo permite avanços tecnológicos que proporcionam melhorias na qualidade de vida, mas promove também exclusão social, concentração de renda e desemprego, especialmente nos países periféricos. Como soluções para amenizar tais problemas, proliferam iniciativas de economia solidária, principalmente através da formação de cooperativas populares. Sendo o perfil desejado dos egressos dos cursos de Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção baseados nos valores de justiça e de responsabilidade social, e no domínio dos conteúdos que coincidem com os gargalos de gestão de tais associações, o presente trabalho tem como objetivos: apresentar o modelo cooperativista, sobretudo os de cooperativas populares, e indicar ações de extensão universitária onde os referidos cursos possam contribuir para a sustentabilidade desses empreendimentos.

Palavras chave: Cooperativas populares, extensão, responsabilidade social, empreendedorismo social

Introdução

É cada vez mais importante o papel das instituições de ensino superior nos projetos sociais. Entre as funções da universidade, destaca-se a da busca de soluções dos problemas nacionais. O desenvolvimento solidário, principalmente através de cooperativas populares, tem se destacado como forma de amenizar as assimetrias geradas pelo modelo capitalista de produção nos países periféricos.

As universidades, de maneira geral, e os cursos de graduação em Administração, Engenharia de Produção, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito de forma particular, vêm contribuindo para a geração de conhecimento e formação de profissionais para o mercado de trabalho. Contudo, os avanços alcançados são, normalmente, respostas às demandas de minorias privilegiadas. A universidade vem, invariavelmente, sendo criticada por seu afastamento da realidade social, ou seja, de seu distanciamento de sua missão básica de produção e disseminação do conhecimento no contexto social.

O modelo capitalista é fortemente calcado no desenvolvimento tecnológico, que, se não perfeitamente difundido, produz desemprego e concentração de renda. Portanto, cabe a universidade apoiar as iniciativas de economia solidária, através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os objetivos deste trabalho são: apresentar o modelo cooperativista, especialmente o de cooperativas populares, e indicar ações dos cursos supracitados que promovam a sustentabilidade de tais associações.

A necessidade do desenvolvimento solidário

O avanço tecnológico que sustenta o desenvolvimento capitalista também promove desigualdades e exclusão social, posto que aumenta o desemprego e a concentração de renda.

O Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU (PNUD, 2001) apresentou o novo Índice de Realização Tecnológica (IRT), que mensura o quanto um país está criando e difundindo tecnologia entre a sua população, com o fito de criar uma rede de pessoas aptas a usufruir os avanços tecnológicos. O Brasil foi o 43º colocado entre os 72 países analisados, ficando alocado no penúltimo dos quatro blocos nos quais o índice está estruturado, o dos “*Dynamic Adopters*”, à frente apenas de países como Sudão e Paquistão, que figuram como “marginalizados”. Tal posição leva a inferir que, apesar de possuir dois dos quarenta e seis

pólos tecnológicos mundiais e uma forte indústria, o Brasil apresenta difusão dos avanços tecnológicos de maneira lenta e incompleta, excluindo a maior parte da população.

Pelo fato da população não participar da riqueza produzida e do mercado, permanecendo à margem do desenvolvimento econômico, busca-se o amortecimento dessas assimetrias através do Desenvolvimento Solidário. Nas palavras de Singer (2004), o Desenvolvimento Solidário é aquele realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, guiado pelos valores de cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas e buscando novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão.

Já em 1993, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, conclamava a sociedade civil a agir “contra a miséria e pela vida”, face à gravidade da situação de extrema pobreza de camadas significativas da população. A partir de tal convocação, começaram a surgir centenas de Comitês de Ação da Cidadania, organizados pela população, em prol dos mais necessitados. Nesta corrente, os entes públicos se organizaram e criaram, em agosto do mesmo ano, Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), com o objetivo de articular e incentivar as ações de entidades associadas, para o combate à fome e a geração de trabalho e renda para as populações marginalizadas, imersas na violência e na miséria.

O cooperativismo no Brasil e no mundo

A primeira cooperativa, historicamente reconhecida como mãe do cooperativismo tradicional, surgiu em 1844 em Rochdale (Inglaterra). Fundada por um grupo de tecelões como uma tentativa de, através da cooperação, minimizar os problemas sociais resultantes da difusão tecnológica do início do século XIX. Sua estruturação foi inspirada nas idéias dos socialistas utópicos, quais sejam: igualdade, democracia e negação da separação entre trabalho e a propriedade dos meios de produção típica do capitalismo.

Tal cooperativa cresceu muito, alcançando milhares de sócios, representando um importante mercado. Seus fundadores ficaram conhecidos como os “Pioneiros de Rochdale” e suas idéias se difundiram não só pela Inglaterra como por outros países, o que levou a fundação em 1985 da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que desde então congrega as entidades cooperativas de todo o mundo (Bitencourt, 2004).

No caso brasileiro, o cooperativismo surge em 1847, quando, no oeste do Paraná, um grupo de europeus criou a Colônia Tereza Cristina. Tal cooperativa teve curta existência, em função da implementação da Lei de Terras em 1850 (Eid, 1998).

Após a década de 1930, as cooperativas começaram a surgir nas regiões sudeste e sul, onde é verificada uma sucessão de fracassos, em parte decorrentes da pouca experiência dos dirigentes, em parte por força da legislação. A Lei 5.764 publicada em 1971, ainda vigente, define o regime jurídico, a constituição e o funcionamento do sistema cooperativista e dos organismos de apoio.

São diversos os tipos de cooperativas: de consumo, de comercialização, produção agropecuária, industrial e de serviços. Embora haja diferenças entre eles, todos são regidos pelos mesmos valores e princípios originais de Rochdale que foram adaptados e enriquecidos pela ACI. Os valores de ajuda mútua, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade devem ser refletidos nas atitudes dos associados. Essencialmente os princípios regentes de uma cooperativa são:

- Adesão voluntária e livre;
- gestão democrática;
- participação econômica igualitária dos membros;
- autonomia e independência;

- educação, formação e informação;
- intercooperação; e
- interesse pela comunidade.

Os números ratificam a importância econômica das cooperativas. No Brasil há mais de 7000 cooperativas ligadas a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), totalizando 5,7 milhões de associados, gerando 182 mil empregos diretos e participando em 6% do PIB.

Como afirma Perius (1983), o cooperativismo é uma alternativa crescente porque constitui um modelo econômico que não visa substituir a economia de mercado; ao contrário, serve-se dela, para fortalecê-la, aprimorá-la e até mesmo organizá-la onde é inexistente.

Para a OCB o cooperativismo é aceito por todos os tipos de governo, pois não se verifica barreira ideológica na contribuição para o desenvolvimento econômico de todos os países (Bitencourt, 2004).

A partir de 1990, a abertura de mercado e a globalização colocaram em xeque a estrutura econômica dos países, de maneira geral, e das nações em desenvolvimento, de modo particular, fazendo ressurgir com mais vigor as iniciativas cooperativistas.

A partir da década de 1990, proliferaram as cooperativas de todo tipo: habitacionais, médicas, odontológicas, agropecuárias, produtivas, de serviço, etc. Cabe destacar que nem todas são configuradas como cooperativas em sua essência. Muitas delas representam apenas agrupamento de pessoas que se associam na tentativa de reingressar no mercado de trabalho ou obter vantagens fiscais, principalmente, através do movimento de terceirização de serviços.

Outras acabaram por se transformar em empresas com estrutura hierárquica, gestão centralizada e outras características que a afastaram dos princípios de cooperativismo de Rochdale.

As cooperativas populares

As cooperativas populares têm como diferencial das demais cooperativas, o fato de, necessariamente, serem constituídas nas comunidades de baixa renda, cujos habitantes vivem à margem da sociedade.

O objetivo da cooperativa popular não se resume a geração de emprego trabalho e renda, mas, principalmente, no desenvolvimento dos espíritos de cidadania e responsabilidade social, de tal forma que se crie uma rede que beneficie toda a comunidade e que seja continuamente sustentável.

Redegeld e Brand, muito propriamente, assinalam que “os muito pobres têm que participar da construção do futuro ... se não participarem da própria elaboração dos planos, também não participarão do momento em que as mudanças ocorrerem”

O elo que une as pessoas que constituem uma cooperativa pode ser a mesma formação profissional ou o desemprego comum originado em falência ou processo de privatização de uma determinada empresa. Tais pessoas já possuem, portanto, algum tipo de base que permite e sustenta a criação da cooperativa. Nas cooperativas populares, contudo, o elo existente entre os possíveis cooperados é o mais frágil possível. Normalmente não há formação profissional, não há conhecimentos de gestão e são todos estruturalmente desempregados ou trabalhadores da inconstante economia informal. Assim, as cooperativas populares são sensivelmente mais frágeis e com menor chance de sobrevivência a médio e longo prazo, dada a inexistência de alicerces para sua manutenção.

Entre as muitas tentativas de apoio às cooperativas populares, encontramos a incubação, que tem como objetivos permitir a desejada sustentabilidade.

Incubadoras de empresas

A incubadora de empresas é um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micros e pequenas empresas (MPEs) industriais ou de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves, através da formação complementar do

empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais, facilitando e agilizando o processo de inovação tecnológicas nas MPEs (MCT, 2000).

As incubadoras, normalmente ligadas a Centros de Pesquisa ou Universidades, são formadas por equipes multidisciplinares que fornecem às empresas incubadas infra-estrutura física e gerencial para que as MPEs sobrevivam às fases inicial e de desenvolvimetro do produto. Objetivamente, a incubadora oferece: (a) espaço físico construído ou adaptado para alojar temporariamente MPEs industriais ou de prestação de serviços; (b) assessoria para a gestão técnica e empresarial; (c) infra-estrutura e serviços compartilhados: salas de reunião, telefone, fax, acesso à Internet, suporte em informática; (d) acesso a mecanismos de financiamento; (e) acesso a mercados e redes de relações; (f) ambiente flexível e encorajador; e (g) processo de acompanhamento, avaliação e orientação.

As incubadoras são classificadas de acordo com o tipo de empresas que incubam, sendo categorizadas como:

- tecnológicas - quando abrigam empresas cujos produtos, processos ou serviços resultam de pesquisa científica, para os quais a tecnologia representa alto valor agregado;
- tradicionais - quando abrigam empreendimentos ligados aos setores da economia que detém tecnologias largamente difundidas e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços, por meio de um incremento em seu nível tecnológico, comprometidos com absorção de novas tecnologias;
- mista - quando combinam empreendimentos tecnológicos e tradicionais; e
- cultural - quando visam a promoção do empresariamento de produtos e serviços culturais.

A origem das incubadoras é associada ao apoio que a *Stanford University* deu aos fundadores da *Hewlett Packard* em 1937, na época alunos recém-graduados. Além de bolsa acadêmica, eles receberam uma ajuda financeira para abrir a empresa e tiveram acesso ao laboratório de Radiocomunicações da universidade (MCT, 2000). Na década de 1950 a mesma universidade criou um parque industrial e posteriormente um parque tecnológico, o *Stanford Research Park*, com o objetivo de promover a transferência da tecnologia desenvolvida na universidade às empresas e a criação de novas empresas intensivas em tecnologia. No rastro do êxito destes parques, outros surgiram nos EUA e na Europa. (MCT, 2000)

No Brasil, a primeira incubadora foi instalada em 1985 na Universidade Federal de São Carlos (São Paulo) com o apoio do CNPq. A partir de então, o movimento começou a se espalhar pelo Brasil, especialmente pelas regiões sul e sudeste, propiciando o surgimento, em 1987, da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas) para articular e facilitar o surgimento de novas incubadoras e de suas instituições gestoras.

Incubadoras de cooperativas populares

Incubadoras de cooperativas populares têm o objetivo de apoiar os processos de formação e de consolidação de cooperativas instaladas dentro ou fora dos municípios onde a universidade possui atividades de pesquisa e ensino. Tais incubadoras possuem estruturas similares as das incubadoras tradicionais, mas, normalmente contam, também, com processo de incubação à distância com o objetivo de criação de trabalho e renda

A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares gerida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, surgiu em decorrência de uma ação integrada dos membros do COEP, em atendimento a uma demanda da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). No início da década de 1990, a FIOCRUZ vinha enfrentando sérios problemas de segurança na sua sede, situada em meio a uma região muito violenta, o Complexo de Mangueiras, um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro.

Neste momento, através da articulação do COEP, a FIOCRUZ junto com a Gerência de Cooperativismo do Banco do Brasil (GCOOP) e a Fundação Banco do Brasil (FBB) iniciou um projeto piloto que possibilitaria aos membros daquela comunidade decidir sobre a melhor alternativa para geração de trabalho e renda e sobre a opção cooperativista, que daria início à COOTRAM – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos.

O programa Universidade Aberta, que propiciava a manutenção da convivência FIOCRUZ- comunidade, gerou um grau de empatia e confiança que facilitou o desenvolvimento das atividades de discussões, treinamentos e estruturação efetiva da cooperativa.

A necessidade de espaço físico e estrutura acadêmica, fundamentais para a continuidade da cooperativa, deu origem a um convite para que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) participasse do projeto com a colaboração de seus técnicos e professores com apoio financeiro da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

Os resultados positivos da integração destes diversos atores sociais permitiram a criação de um espaço onde outras comunidades se organizaram, permitindo aos seus membros o ingresso no mercado de trabalho.

A COPPE/UFRJ, que já possui uma incubadora de empresas, com o apoio metodológico do Instituto Superior de Cooperativismo (INSCOOP) de Santa Maria (Rio Grande do Sul) e recursos financeiros da FINEP e da FBB, montou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares que abrigou inicialmente nove empreendimentos nascentes. Essa articulação serviu como embrião do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Hoje o Brasil contabiliza 33 incubadoras de cooperativas populares apoiadas pelo PRONINC (24 pela FINEP e 9 pela FBB). Tais incubadoras são peças fundamentais no desenvolvimento social além de representarem como agentes de integração da universidade com a sociedade. As incubadoras sociais são, portanto, atividade de extensão com capacidade de promover melhoramentos na formação universitária.

Os cursos de graduação e o apoio aos empreendimentos cooperativos

A Comissão de Avaliação dos Cursos de Administração considera como traços do perfil desejado do egresso, os valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, bem como, a sólida formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente (Caravantes, 1998).

Partindo de tais pressupostos, a preocupação com questões de ordem social deve estar presente no meio acadêmico. Os cursos de Administração devem, por conseguinte, buscar uma formação que faça o graduando e o egresso internalizarem os referidos valores, para que possam corresponder às expectativas da sociedade, e não somente às aspirações das organizações voltadas para o lucro, que operam com objetivos pragmáticos.

O curso de Direito, conforme sua comissão de avaliação, apresenta como perfil desejado, sólida formação geral e humanística, com a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensinar a formação do Economista, imbuído de sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento das situações emergentes, na sociedade humana e politicamente organizada. Desta forma, o bacharel em Economia deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao

contexto mundial, de tal forma que o egresso tenha capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação. São exemplos de competências e habilidades do economista: utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas; e e empregar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos sócioeconômicos.

No que se refere ao curso de ciências contábeis, espera-se do egresso contornos de responsabilidade social e atuação técnica, articulada com outros ramos do saber, evidenciando competências multidisciplinares. Entre as habilidades desejadas do Contador e do graduando encontramos: elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais; exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; e desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial.

Por fim, o curso de engenharia de produção estabelece o perfil relacionado ao desenvolvimento de novas tecnologias, com atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, levando em consideração os aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. São exemplos de competências e habilidades do engenheiro: aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia; projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados; planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de engenharia; supervisionar a operação e a manutenção de sistemas; e avaliar a viabilidade econômica de projetos de engenharia.

Dadas as habilidades e perfis dos egressos dos cursos supracitados¹, as incubadoras sociais fornecem excelentes campos de estudo e trabalho para seus alunos, pesquisadores e professores. Um conjunto de fraquezas e ameaças comumente encontradas em cooperativas populares poderiam ser enfrentadas através da aplicação dos conteúdos aprendidos e pesquisados.

Os pontos fracos e ameaças dos empreendimentos de economia solidária são segundo Pontes Jr e Osterne (2004), resumidamente:

- financeiros (problemas de captação de recursos, falta de gestão do capital de giro, baixo uso do crédito investimentos fixos, inexistência de sistema contábil e de demonstrações financeiras);
- legais (desconhecimento da legislação em debate e temas congêneres);
- logísticos (desconhecimento da cadeia de produção onde estão inseridos);
- de produção (desorganização na gestão do processo produtivo, falta de arranjo físico industrial eficiente);
- de recursos humanos (falta de formação básica e capacitação técnica dos trabalhadores);
- mercadológicos (desconhecimento do mercado para definição estratégica de produção e comercialização, não aproveitamento da valorização das marcas associadas a iniciativas de cooperação popular, ou seja, não organização de um 'mercado solidário');
- de comunicação (dificuldades de socializar experiências, falta de intercâmbio e transparência entre os empreendimentos existentes); e
- tecnológicos (falta de qualificação e aprimoramento científico e tecnológico dos empreendimentos)

¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos>

Considerações finais

Dados os gargalos para a consolidação das cooperativas populares e do perfil desejado dos egressos e alunos dos cursos de Administração, Economia, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia de Produção, calcados nos valores de justiça, ética profissional e responsabilidade social, as instituições de ensino superior que já possuem incubadoras sociais, devem fazer delas um campo de atuação dos graduandos desses cursos, como área de estágio ou objeto de pesquisa.

As instituições que não possuem estruturas de apoio a tais iniciativas devem promover sua implantação, ou, através dos mecanismos de estágio supervisionado, empresas juniores e cursos de capacitação pontuais podem fornecer suporte mínimo a tais empreendimentos.

Tais ações aproximam a instituição dos problemas sociais que as cerca, aumentando a efetividade de suas atividades de extensão.

Referências bibliográficas

- BITENCOURT, C. (org.). *Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- BRASIL. MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia). Manual para implantação de incubadora de empresas. Brasília: 2000. Disponível em <http://www.mct.gov.br/Temas/Desenv/Manual-Incubadoras.PDF>. Acesso em 10 de maio de 2005.
- CARAVANTES, Geraldo R.: *Teoria geral da administração – pensando & fazendo*. Porto Alegre: AGE editora, 1998.
- EID, F. *Cooperativismo*. Curso de Especialização. Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar. São Paulo: 1998.
- EID, F. , SCOPINHO, R. A. , PIMENTEL, A. E. B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária. In XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Poços de Caldas. *Anais ...* . Minas Gerais: 1998.
- PERIUS, Virgílio F. *A verdadeira história do Cooperativismo*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Centro de Ciências Humanas – Instituto Multifuncional CEDOPE, sem data [apostila].
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Indicadores de Desenvolvimento Humano*. PNUD: 2001. Disponível em http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2001/portugues/6.Backmatter_0516%20RDH2001.pdf. Acesso em 04 de maio de 2005.
- PONTES JR, O. e OSTERNE, F. J. W . *Plano de negócio para empreendimentos econômicos solidários de autogestão – EES* Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2004. Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/Programas/Economia%20Solidaria/Manual%20do%20Plano%20de%20Neg%C3%B3cios%20de%20uma%20Cooperativa.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2005.
- PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares). *Construindo alternativas de geração de trabalho e renda*. Rio de Janeiro : Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002. (Cadernos da Oficina Social)
- REDEGELD, H. e BRAND, E (1991). *The poorest held our progress in their hands*. UNESCO. T.J. Press. 192-202.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n.51, p. 7-22, 2004.